

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.303.757 - GO (2018/0132774-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : FELIX CAMARGO DA SILVA  
**ADVOGADO** : ÁLVARO DE SOUZA FILHO - GO027742  
**AGRAVADO** : MARES ILHAS DA AMAZONIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA  
SPE LTDA  
**ADVOGADO** : ELISA JENNIFER RAMOS DE AMORIM - GO031903

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por FELIX CAMARGO DA SILVA contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

*"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONCLUSÃO DE OBRA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECONVENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DO FEITO. ILEGITIMIDADE PASSIVA CONFIRMADA.*

*- Sendo o recorrente parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, bem como tratando-se de causa de pedir diversa da ação principal e da peça de defesa (art. 315, CPC), a reconvenção deve ser extinta sem julgamento de mérito. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO" (fl. 662, e-STJ).*

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fl. 706, e-STJ).

No recurso especial, o recorrente alega que houve violação dos arts. 103, 267, VI, 315, 317 e 20, § 4º, do Código de Processo Civil de 1973. Sustenta que a ilegitimidade na ação principal não acarreta automaticamente ilegitimidade para reconvir e que a reconvenção estava conexa com a ação. Aduz, ainda, a necessidade de reexame do valor fixado a título de verba honorária.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Sem contraminuta.

É o relatório.

**DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

O tribunal estadual assim dirimiui a controvérsia:

*"(...)*

*Pelo que ressaí dos autos, correta mostra-se a sentença atacada ao extinguir o feito sem julgamento de mérito, eis que patente a ilegitimidade do réu para figurar no polo passivo da demanda, pois a ação deveria ter sido proposta contra o condomínio e não contra a pessoa física do síndico.*

*Neste contexto, é certo que o apelante, como parte ilegítima para figurar como requerido nos autos, não pode da mesma forma reconvir*

*contra a apelada, pois se não possui legitimidade passiva na ação principal, de igual modo na reconvenção.*

*Desta feita, somente será parte legítima para reconvir aquela que figurar efetivamente no polo passivo da demanda, caso contrário impossível analisar a reconvenção por ausência de um de seus pressupostos.*

*Mesmo se assim não fosse, a causa de pedir na reconvenção, mostra-se diversa da contida na ação principal e na peça de defesa (fls. 68/90), pois suscita revisão e nulidade de cláusulas contratuais de um Contrato Particular de Compra e Venda de Imóvel estranho ao processo.*

*(...)*

*Desta forma, impossível a análise da reconvenção se não existe a conexão com a ação principal ou com a peça de defesa, inteligência do artigo 315, do antigo CPC, eis que o contrato individual que o apelante pretende revisar, não foi objeto de questionamento na exordial" (fls. 664-666, e-STJ - grifou-se).*

Nesse contexto, não é possível a esta Corte apreciar o entendimento exarado na origem, porquanto teria que, necessariamente, rever o contexto fático-probatório dos autos, procedimento inviável nesta via extraordinária, consoante disposto na Súmula nº 7/STJ.

Também é forçoso reconhecer que o conteúdo normativo do art. 20 do CPC/1973 não foi prequestionado pelo tribunal de origem, mesmo depois de opostos os embargos declaratórios, de modo que incide, na espécie, a Súmula nº 211/STJ. Anota-se não ter sido apontada a afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 nas presentes razões recursais para suprir eventual omissão.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), os quais devem ser majorados em 2% (dois por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator